

16 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Congestionamento no Judiciário atinge 70%

Em 2012, só chegaram ao fim 30 de cada 100 processos em tramitação, apesar do aumento na produtividade dos juízes

**Joaquim Barbosa diz que luta por uma Justiça mais rápida também envolve os demais Poderes**

SEVERINO MOTTA  
DE BRASÍLIA

Dados do relatório “Justiça em Números” do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) revelam que, apesar de a produtividade dos juízes ter aumentado em 2012, a quantidade de novos processos que chegou aos tribunais supera a de casos julgados, fazendo com que o estoque de ações siga em crescimento no país.

No ano passado, de cada cem processos que tramitaram na Justiça, somente 30 chegaram ao fim, o que gerou uma taxa de congestionamento de 70% e um montante de 92,2 milhões de ações em tramitação no Judiciário.

Em 2012, ingressaram na justiça 28,2 milhões de novas ações e cada magistrado julgou, em média, 1.450 —o que representa um aumento de 1,4% em relação a 2011.

Apesar disso, o número de ações que chegaram ao fim foi de 27,8 milhões, fazendo com que o estoque fosse ampliado e a tendência de crescimento, que vem sendo medida desde 2009, mantida.

“O estoque de processos do Poder Judiciário aumenta gradativamente desde o ano de 2009, quando era de 83,4 milhões de processos, até atingir a tramitação de 92,2 milhões de processos em

2012. Destes, 28,2 milhões (31%) são casos novos e 64 milhões (69%) estavam pendentes de anos anteriores”, afirma um trecho do estudo.

Segundo o presidente do CNJ, Joaquim Barbosa, os dados expõem “limites que precisam ser superados”. Para ele, a luta por uma Justiça mais rápida envolve os demais Poderes e a sociedade.

“Excesso de litigância não pode ser explicado apenas por estatísticas e não pode ser respondido unilateralmente pelo Judiciário. Nesse processo as responsabilidades são compartilhadas”, disse.

O estudo do CNJ ainda divulgou um ranking que mediu a produtividade dos tribunais. Entre os considerados de grande porte, o do Rio Grande do Sul e o do Rio de Janeiro —com taxas de congestionamento de 60% e de 78%, respectivamente— são os mais bem colocados, com 100% de aproveitamento no IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada da Justiça).

Apesar disso, a conselheira Maria Peduzzi, que fez a apresentação do estudo, disse que a boa colocação não significa que os tribunais alcançaram níveis de excelência. “[Ter 100% no IPC-Jus] não significa que tenha nível de eficiência 100%”, disse.

A metodologia considerou eficiente um tribunal que, em relação aos demais, conseguiu produzir mais com menos recursos. Por isso, há situações em que um determinado TJ pode ter julgado mais

casos do que recebeu e ainda assim ficar numa posição pior no ranking. “Mesmo os tribunais que atingiram o percentual máximo devem considerar a necessidade de aprimoramento”, diz o documento.

**“Excesso de litigância não pode ser explicado apenas por estatísticas e não pode ser respondido unilateralmente pelo Judiciário. Nesse processo as responsabilidades são compartilhadas. A resolução dos processos no tempo certo é um dever constitucional**

JOAQUIM BARBOSA  
presidente do STF

16 OUT 2013

# FOLHA DE S. PAULO

# Banco privado quer acesso a depósitos judiciais

Governo usa parte do dinheiro em bancos públicos para fechar contas

**Febraban pressiona Congresso a incluir fim da exclusividade no Código de Processo Civil; Planalto reage**

MÁRCIO FALCÃO  
SHEILA D'AMORIM  
DE BRASÍLIA

O embate que governo e bancos privados travam sobre a reserva de mercado para bancos oficiais na arrecadação de depósitos judiciais será decidido pelo Congresso Nacional.

Na estimativa oficial, a briga envolve um estoque de R\$ 140 bilhões, que hoje serve de fonte de recursos barata para os bancos públicos.

Ontem, o governo se mobilizou para neutralizar o lobby dos bancos privados para ter acesso a esses recursos.

O setor financeiro aproveitou a reforma no Código de Processo Civil em discussão na Câmara para acabar com o monopólio oficial. Nos últimos dias, representantes da Febraban intensificaram conversas com os parlamentares.

Os depósitos judiciais também têm importância para a contabilidade da União.

Entre 2009 e 2012, o governo usou pelo menos R\$ 60,5 bilhões referentes a disputas

de tributos federais para engordar as receitas da União.

Essa parcela já foi para o caixa do Tesouro Nacional e não entra no cálculo do estoque porque se refere a impostos e contribuições federais.

Neste ano, a previsão é que mais R\$ 12 bilhões em depósitos judiciais do tipo reforcem a economia do governo federal para pagar juros da dívida, o superavit primário.

Ontem, os ministros Guido Mantega (Fazenda), Ideli Salvatti (Relações Institucionais), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luis Inácio Adams (Advocacia-Geral da União) encontraram líderes do PT e PMDB, maiores bancadas da Casa, para falar do tema.

A reforma do código está prevista para ser votada na próxima semana pelos deputados e já recebeu sugestões de mudanças para que os bancos privados possam disputar esses recursos. A articulação cabe aos deputados Paes Landim (PTB-PI) e Laercio Oliveira (SDD-SE).

Eles defendem que os depósitos em dinheiro sejam realizados em instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central. Argumentam que a Constituição

garante a livre concorrência e que, dessa forma, irá fomentar a competição, proporcionando maiores ganhos a quem participa do processo e dos órgãos públicos.

O governo vinha trabalhando para manter no Congresso a reserva de mercado para as instituições estatais. Diante da movimentação da Febraban, no entanto, os ministros avisaram ontem aos líderes que podem manter no texto que bancos oficiais terão "preferência" e não "exclusividade" desses recursos.

Assim, pretendem, na prática, manter a reserva de mercado atual sem abrir caminho para novos questionamentos.

Procurada, a Febraban não se manifesta sobre o tema.

16 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO RODRIGUES

### As possibilidades de Joaquim

BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, admitiu na segunda-feira que poderá, no futuro, seguir uma carreira político-eleitoral, inclusive como candidato a presidente da República.

Foi a primeira vez que Joaquim Barbosa falou em público dessa forma. Em entrevistas recentes, preferia dar respostas indicando desinteresse pela política.

“Tenho um temperamento que não se adapta bem à política. Isso porque eu falo o que penso”, foi uma de suas frases ao jornal “The New York Times”, em agosto passado.

Na última segunda-feira, o tom foi diferente: “Sempre tive uma carreira técnica. No dia em que deixar o Supremo, como entrei muito jovem, eu terei ainda tempo para refletir sobre isso [concorrer em eleições]. Acho difícil exercer a carreira no Supremo até os 70 anos. Eu não tenho no momento nenhuma intenção de me lançar candidato à Presidência da República. Pode ser que no futuro surja o interesse”.

O ministro tem dado sinais de estar insatisfeito com a vida no STF. Seu mandato de presidente da corte vai até o final de novembro do ano que vem. Mas alguns eventos no calendário de 2014 podem fazer a diferença.

É possível que, até a metade do próximo ano, o STF tenha concluído o julgamento do mensalão. Nessa época, pós-Copa do Mundo, a campanha eleitoral começará a dominar o noticiário. Ficará então mais claro quem são os candidatos competitivos.

Com sua missão cumprida no STF —o julgamento do mensalão—, nada impediria Barbosa de sair para embarcar como apoiador de algum candidato a presidente. Estaria se credenciando para desempenhar uma função na administração federal do futuro governo.

Aos 59 anos, essa experiência no Executivo é um predicado útil para quem vai, no futuro, “refletir” sobre ser candidato a presidente.

### “tirotejo”

*Barbosa admitiu o que todos que viram o julgamento do mensalão já sabiam: ele é um candidato com uma tribuna privilegiada.*

DO ADVOGADO ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA CASTRO, sobre a declaração do presidente do STF, Joaquim Barbosa, de que não descarta disputar o Planalto.

16 OUT 2013

FOLHA DE S. PAULO

# Direito à privacidade divide advogados

Argumento de consultor jurídico do cantor Roberto Carlos diferencia artistas de políticos e cidadãos comuns

**Representante de editores só faz distinção entre pessoas anônimas e gente ligada a fatos de interesse público**

**JULIANA GRAGNANI**  
DE SÃO PAULO

O debate sobre biografias divide advogados em relação ao direito à privacidade —reclamado por músicos e artistas que fazem lobby contra a publicação dessas obras sem prévia autorização.

“A discussão descambou para o lado passional”, diz o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, 56, que presta consultoria jurídica ao cantor Roberto Carlos e frequenta reuniões do grupo Procure Saber (composto por Roberto, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque etc.).

A legislação brasileira exige a anuência prévia para a publicação de biografias, o que dá brechas à proibição da comercialização.

À **Folha**, Kakay e o advogado Gustavo Binenbojm, representante da Anel (Associação Nacional de Editores de Livros), expuseram seus argumentos sobre a questão.

## **PRIVACIDADE**

Segundo Binenbojm, é impossível haver autorização prévia só para alguns biografados porque a única distinção possível é entre pessoas anônimas, que têm mais direito à privacidade, e envolvidas em fatos de interesse público.

Kakay distingue políticos de artistas e músicos. “O ar-

tista só deve abrir mão da intimidade relacionada a sua profissão, diferentemente de um senador ou prefeito”, diz. Ele defende que a distinção entre o agente público, o homem público e o cidadão comum seja feita por meio de jurisprudência, sem mudança na legislação. “O julgamento deve ser feito caso a caso.”

## **PAGAMENTO**

Binenbojm é contrário à remuneração ao biografado e seus herdeiros, uma reivindicação dos músicos. “A historiografia social não é propriedade individual de seu protagonista. Quando escreve uma biografia, é o autor quem concebe a forma de organizar e criar a obra. Os direitos sobre a obra pertencem a ele.”

Kakay defende esse tipo de pagamento, contanto que seja posterior à publicação. “Quem tem sua história comercializada deve ter uma recompensa. Mas quem for questionar uma obra depois na Justiça não pode ter direito a um percentual”, diz.

## **INDENIZAÇÃO**

Para Binenbojm, não há nenhuma solução para o dano que uma obra pode causar ao biografado senão o direito de resposta e os processos por danos morais, injúria, calúnia ou difamação. “Qualquer outro remédio é censura”, diz. “As indenizações no Brasil são altas. O problema é a justiça lenta.”

Kakay afirma que as indenizações no Brasil são “ridícu-

las”. “Há demora na reparação e os valores são ínfimos.”

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Na semana passada, o Procure Saber apoiou publicamente a exigência de autorização prévia para a publicação de biografias.

A norma é questionada no Supremo Tribunal Federal pela Anel, que a considera inconstitucional. A ministra Carmen Lúcia, relatora dessa ação, disse que fará audiência pública a respeito.

O Procure Saber deve entrar no processo como “amicus curiae” (parte interessada). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a ONG Artigo 19 já atuam na ação por meio do mesmo dispositivo.

Em sua coluna no jornal “O Globo”, Caetano defendeu a publicação de biografias não autorizadas de Sarney ou Roberto Marinho, mas pediu reflexão sobre “as delicadezas do sofrimento de Gloria Perez [que tirou de circulação um livro escrito pelo assassino de sua filha]”.

**CONTINUA**

16 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

### MEMÓRIA EM DEBATE

Publicação de biografias causa controvérsia entre artistas e autores

#### O que diz a Constituição Federal

> A expressão da atividade intelectual é livre, independentemente de censura

> A manifestação do pensamento e a informação não sofrerão qualquer restrição

X

> A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas são invioláveis

### Legislação para biografias não autorizadas pelo mundo

A proteção da intimidade dos personagens retratados varia de país a país, assim como o valor da indenização

- Exemplos de países que têm restrição para a publicação
- Exemplos de países que não têm restrição para a publicação



Fonte: Gustavo Binenbojm, advogado da Anel (Associação Nacional dos Editores de Livros)

16 OUT 2013  
FOLHA DE S. PAULO  
MÔNICA BERGAMO

**MÃOS DADAS**

A Associação Procure Saber está se mobilizando para que grandes artistas ligados ou simpatizantes da entidade publiquem artigos na imprensa, um atrás do outro, em defesa da restrição à publicação de biografias sem autorização prévia.

Já escreveram os cantores Caetano Veloso e Gilberto Gil e a atriz Marília Pêra.

**NA PELE**

Os argumentos sobre preservação da intimidade esgrimidos por eles não têm sensibilizado até agora, no entanto, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal). Pelo menos seis magistrados já tiveram aspectos de sua vida privada e da de familiares expostos em reportagens (Luiz Fux, Marco Aurélio Mello, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski). “Nem por isso passamos a defender censura prévia de reportagens”, diz um deles.

**NA PELE 2**

Alguns magistrados já recorreram à Justiça em busca de indenização, como por exemplo o ministro Gilmar Mendes. Ele obteve vitórias contra o ator José de Abreu e contra o jornalista e apresentador Paulo Henrique Amorim. Na segunda-feira, Joaquim Barbosa afirmou que não existe censura no Brasil e que quem sente a honra atingida pode recorrer à Justiça justamente para pedir reparação.

16 OUT 2013

» JUDICIÁRIO GAZETA DO POVO

# De cada 100 ações judiciais do país, só 30 são encerradas num ano

## Justiça concluiu apenas 30% das ações em 2012

Relatório do Conselho Nacional de Justiça mostra que o estoque de novos processos está aumentando em todo o país

Estudo do CNJ revela que estoque de processos está aumentando. Em 2012, tramitaram na Justiça 92,2 milhões de casos. Desses, 28,2 milhões eram novos. E juízes solucionaram 27,8 milhões de causas

Guilherme Voitch, com agências

Estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que, de cada 100 processos em trâmite no Judiciário brasileiro, somente 30 foram solucionados em 2012. O Judiciário do Paraná conclui 27% de suas ações no ano passado, seguindo a porcentagem de conclusão dos Judiciários estaduais (26%). Os dados fazem parte do relatório Justiça em Números, divulgado ontem.

O estudo apontou que, no ano passado, 92,2 milhões de

processos estavam em tramitação em todo sistema judicial brasileiro, sendo 31% (28,2 milhões) de casos novos. Desse montante, 27,8 milhões (30% do total) tiveram uma conclusão.

### Mais rápidos

O estudo revela que, de modo geral, os processos são analisados com mais rapidez na Justiça Federal e na Justiça do Trabalho do que na Justiça Estadual (veja infográfico).

De acordo com o CNJ, os magistrados julgaram mais processos em 2012, se comparado com os anos anteriores. A cada juiz coube sentenciar em média 1.450 processos, resultado 1,4% acima do registrado em 2011. Ainda assim, houve pouco reflexo na chamada “taxa de congestionamento”, que mede o percentual de processos em tramitação que não foram solucionados durante o ano. Em 2012, a taxa ficou em 69,9%, ante 70,9% em 2011.

“A quantidade de processos que ingressam cresce mais significativamente que o quantitativo de sentenças e o de baixas. Tal desempenho ocasionou a queda de 4,3 pontos percentuais no índice de baixados por caso novo no quadriênio, o qual tem registrado, desde 2011, índices abaixo de 100%, o que indica que não se consegue baixar nem mesmo o quantitativo de processos novos que ingressaram”, conclui o estudo.

O relatório do CNJ também elaborou um ranking de produtividade, que mostra os resultados por estado. O estudo mostra uma evolução do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em tamanho e produtividade. “O caso do Tribunal de Justiça do Paraná merece destaque, pois aponta um crescimento em todos os indicadores de estrutura, força de trabalho e litigiosidade. Mediante essas alterações passou a constituir o grupo dos tribunais de grande porte ao mesmo tempo em que viu sua eficiência ser elevada”, diz o relatório.

A produtividade dos juízes de 1.º grau do Paraná foi de 116% — o que indica que julgaram mais processos do que os que deram entrada. Ela foi superior a da média brasileira da 1.ª instância (96%). Os magistrados paranaenses conseguiram baixar um número de ações maior que o total de novos processos do ano (1 milhão ante 863,8 mil). Já produtividade dos desembargadores paranaenses (magistrados da 2.ª instância) foi inferior à nacional (90% ante 96%).

O ranking mostra que a produtividade em dez tribunais do país é especialmente “preocupante” — Goiás, Bahia, Paraíba, Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso, Roraima e Ceará. Nesses estados, a produtividade dos magistrados é baixa e a taxa de congestionamento é elevada.

CONTINUA

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## PRODUTIVIDADE

O estudo do CNJ mostra que a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal julgam mais rapidamente que a Justiça Estadual. Na média, a cada dez processos que tramitaram em 2012, apenas três tiveram uma conclusão.

	Casos novos	Casos pendentes	Casos concluídos	Porcentagem de conclusão em 2012
Justiça brasileira	28.215.812	64.018.470	27.805.789	30%
Justiça Estadual*	20.040.039	52.018.720	19.268.625	26%
Justiça Paraná	1.332.182	3.397.674	1.465.870	27%
Justiça do Trabalho	3.859.621	3.253.098	3.784.286	53%
TRT 9 (Paraná)	243.934	225.254	218.719	46%
Justiça Federal	3.114.670	8.122.273	3.894.522	34%
TRF 4 (PR, RS, SC)	702.789	1.380.922	710.371	34%

\*Inclui o Judiciário de todos os estados.

Fonte: CNJ. Infografia: Gazeta do Povo.

**“Tudo que foi apresentado ao longo do processo de criação do TRF6 [tribunal federal no Paraná] é verdadeiro. Esses dados comprovam que a criação do tribunal vai eliminar gargalos.”**

Antônio César Bochenek, presidente da Associação dos Juízes Federais do Paraná (Apajufe).



CONTINUA

# 16 OUT 2013

## GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

# 1.450

## PROCESSOS

é o número médio de casos julgados por magistrado brasileiro em 2012.

# 69,9%

foi a taxa de congestionamento (porcentual de processos não julgados) da Justiça brasileira em 2012.

# 116%

foi a taxa de resolução dos processos dos juízes de 1ª instância no Paraná. Isso significa que eles julgaram mais casos do que os que deram entrada. O desempenho dos desembargadores do estado foi de 90%.



TJ-PR: Judiciário paranaense resolveu 27% dos casos em 2012.

CONTINUA

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### TRF4 produz mais, mas não diminui volume de processos

O aumento da produtividade dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) — que atende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — não teve reflexo na diminuição das taxas de congestionamento do órgão.

O tribunal como um todo produziu mais em 2012 do que no ano anterior. O número de processos concluídos na segunda instância da Justiça Federal aumentou 8,27%, mas a taxa de congestionamento teve uma queda ínfima, de apenas 0,49%.

Além disso, o TRF4 perdeu juízes. Houve uma redução de 5% no número de magistrados. Os desfalques ocorreram principalmente nas turmas recursais, onde 21 desembargadores deixaram seus postos.

Para o presidente da Associação dos Juizes Federais do Paraná (Apajufe),

Antônio César Bochenek, os dados do CNJ mostram a necessidade da criação do TRF6, que atenderia, além do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. A lei foi aprovada no Congresso Nacional, mas precisa de regulamentação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para entrar em vigência.

“Isso demonstra que tudo que foi apresentado ao longo do processo de criação do TRF6 é verdadeiro. Esses dados comprovam que a criação do tribunal vai eliminar gargalos”, disse Bochenek.

O presidente do STF e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, já manifestou sua contrariedade à criação dos novos tribunais. “Os tribunais vão servir para dar emprego para advogados... e vão ser criados em resorts, em alguma grande praia”, chegou a declarar o Barbosa.

O presidente da Apajufe afirma que os números do CNJ desmentem seu próprio presidente. “As declarações dele não condizem com a estatística. A produtividade dos desembargadores aumentou, mas o número de processos aumentou mais ainda.”

### TRT9

#### Justiça do Trabalho do Paraná ficou mais congestionada em 2012

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), que atende o Paraná, teve um aumento de 1,53% na sua taxa de congestionamento em 2012. Houve um aumento no número de ações no TRT, que não foi acompanhado pelo aumento nos indicadores de

produtividade. O tribunal possui uma taxa de congestionamento de 53,4%, índice superior à média nacional, 46,8%. Os juizes do TRT9 têm uma produtividade pouco menor do que a registrada no Brasil, 1.151 ante 1.164. Na classificação do CNJ, o TRT9 é um “tribunal de médio porte”, que conseguiu dar baixa em 46% das ações que tramitaram no ano passado. (GV)

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

**Notas  
Políticas**

## **Eleição nos TJs**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que muda o processo de eleição para a presidência dos Tribunais de Justiça (TJs). Pela proposta, os juizes de primeira instância também participarão do processo de escolha.

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

**Coluna  
do leitor**

## **Aposentadoria de juízes 1**

Indefesos cidadãos, em qualquer lugar, esperam da autoridade dos juízes a aplicação e o cumprimento das leis, independentemente de classe social, política ou credo. Juiz que comete parcialidade e desvios deve ser submetido às leis tanto quanto qualquer criminoso.

**Antonio Fernando Buch**

## **Aposentadoria de juízes 2**

Não é correto aposentar um juiz que cometeu irregularidade. Ele é servidor como qualquer outro. Terá de sofrer as mesmas consequências e punições que sofre um servidor público, com o agravante de a pena ser em dobro. Afinal, ele tem o poder de aplicar a lei a quem comete irregularidades e crimes.

**Ivanir Francisco**

16 OUT 2013

» JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

# Diagnóstico dará início ao trabalho de defensores

Defensoria Pública do Paraná passa a contar agora com 97 advogados. Quadro recém-criado, porém, ainda é insuficiente para a demanda

Diego Ribeiro

1 Fazer um diagnóstico sobre as principais necessidades jurídicas da população será a primeira tarefa dos 97 defensores públicos do Paraná. Oitenta e sete deles foram nomeados pelo governador Beto Richa ontem, com cinco meses de atraso, em razão da extrapolação do limite prudencial de gastos do governo estadual com pessoal. A partir de novembro, devem iniciar as duas semanas de escola de formação e as visitas às cidades do interior para o mapeamento.

“Hoje, a gente não tem dados das demandas do estado. Até então era impossível fazer um mapeamento dessas necessidades”, afirmou a ouvidora geral da Defensoria Pública do Paraná, Maria De Lourdes Santa de Souza. De acordo com ela, a partir de agora, os cidadãos terão mais acesso à Justiça com o trabalho dos defensores.

Ainda não há data para apresentação do diagnóstico final. Todo o processo ainda deve passar por reuniões e a criação de um planejamento efetivo para organizar a ida a campo.

Aliado ao diagnóstico, segundo a defensora-geral do Paraná, Josiane Fruet Bettini Lupion, deverá ser feito um mutirão explicando o trabalho da Defensoria Pública em vários pontos estratégicos do estado. Josiane foi empossada como primeira defensora-geral eleita pelo voto direto dos defensores públicos. Reuniões também discutirão como a Defensoria pode tratar de questões como a violência contra mulher e a inclusão da população negra, entre outros temas.

## Necessidade

Segundo a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), seriam necessários 844 advogados públicos para suprir a demanda do Paraná, o que demonstra a carência do quadro recém-criado. A necessidade é admitida pelos próprios defensores e pelo governador. “Não é o ideal. Mas para o início é o suficiente para cobrir o estado. Se for necessário, podemos nomear, dentro das limitações legais, mais defensores para garantir esse bom serviço para a população”, ressaltou Richa. Esses advogados podem atender gratuitamente em qualquer área jurídica para os cidadãos que não podem pagar por um serviço privado.

Para o presidente do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos e integrante do Conselho Permanente Estadual de Direitos Humanos, Paulo Pedron, que esteve presente na solenidade de on-

tem, a defensoria, mesmo com quadro defasado, é um passo muito importante para o estado. “A população não pode deixar de ter acesso à Justiça. É um momento importante [a nomeação], mas nasce uma nova luta”, afirmou. Ao todo, o estado conta com 87 novos defensores nomeados e outros dez que já trabalhavam no estado.

Das 197 vagas abertas para o concurso que aprovou os defensores públicos, 95 foram aprovados. Destes, oito estariam aguardando o resultado de outros concursos para fazer a opção.

**CONTINUA**

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Novos defensores públicos prometem lutar por autonomia

A autonomia orçamentária e política deverá ser uma questão recorrente envolvendo o trabalho dos defensores públicos do Paraná. Atualmente, o órgão é vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (Seju), mas, no país inteiro, a atuação das defensorias é reconhecida com a mesma independência do Ministério Público.

“A nomeação foi o primeiro passo de muitos”, afirmou o novo defensor André Ribeiro Giamberardino. Segundo ele, ainda é preciso garantir a autonomia orçamentária. Na avaliação do advogado, não estar vinculado ao estado é um passo importante para o processo de trabalho da Defensoria.

O governador Beto Richa foi questionado sobre o tema durante a coletiva, no Palácio Iguaçu. De acordo com Richa, é preciso caminhar uma etapa de cada vez. “(Vamos) passo a passo. Volto a insistir que a Anadep (Associação Nacional dos Defensores Públicos) coloca a proposta de lei da Defensoria do Paraná como a mais moderna e avançada do Brasil”, afirmou. Segundo ele, se for preciso, serão feitos ajustes no órgão e na legislação. (DR)

# GAZETA DO POVO 16 OUT 2013

## Hospital fecha 94 leitos para atender à decisão judicial

Sem funcionários suficientes, HC reduz capacidade de atendimento a pacientes para evitar horas extras e sobrecarga de trabalho

Diego Antonelli

O Hospital de Clínicas (HC) de Curitiba anunciou oficialmente ontem o fechamento de 94 leitos de internação devido à falta de funcionários para mantê-los em operação. O número corresponde a aproximadamente 20% das 457 vagas ativas da instituição, que pertence à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e é o maior hospital público do Paraná. Os cortes foram realizados em todos os setores, exceto nas áreas de urgência e emergência. No entanto, nenhuma ala foi completamente desativada.

A medida é uma consequência da decisão da Justiça do Trabalho que determinou o redimensionamento das escalas de trabalho dos funcionários e proibiu a realização de horas extras tanto para os servidores concursados quanto aos contratados via Fundação da UFPR (Funpar). Para manter os leitos ativos, os trabalhadores do HC se desdobravam em jornadas diárias superiores à carga normal de seis horas. A lei permite que sejam feitas no máximo duas

horas extras, mas havia profissionais que trabalhavam até 12 horas para tornar viável o fechamento das escalas de trabalho.

Na tentativa de impedir a desativação das vagas, a UFPR e o HC propuseram à Justiça e ao Ministério Público do Trabalho (MPT) um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que foi aceito. Ficou estabelecido um prazo de um ano para a determinação judicial ser cumprida. Mesmo assim, a administração do HC decidiu reduzir as horas extras já. “[Com o TAC] a gente não pode ser multado, mas continuaríamos ilegais”, explica o diretor do hospital, Flávio Tomasich.

“Isso fez com que as escalas fossem modificadas e alguns leitos fechados. Aos poucos, como temos o TAC a nosso favor, podemos reabrir alguns desses leitos, mantendo entre 74 e 80 fechados. Claro que para isso os servidores precisam aceitar a realização de horas extras”, completa o diretor. Procurado pela reportagem, o MPT não quis se pronunciar sobre o assunto até o fechamento desta edição.

### Déficit histórico

O reitor da UFPR, Zaki Akel, ressalta que seriam necessários mais 400 funcionários para não fechar os 94 leitos. Para manter o hospital com a capacidade total em funcionamento (550 leitos) precisaria de um total de 600 servidores.

O reitor afirma ainda que negocia com o Ministério da Educação (MEC) alternativas para suprir a falta de

### EBSERH

O Ministério da Educação (MEC), responsável pela gestão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), informa que a empresa foi a solução apontada pelo governo federal para a necessidade de recomposição de servidores nos hospitais universitários federais. Por meio de contrato, a Ebserh realiza concursos públicos para a contratação dos profissionais.

Em agosto do ano passado o Conselho Universitário da UFPR rejeitou a hipótese de adesão à empresa. “A decisão de não aderir já está tomada”, ressaltou o reitor Zaki Akel.

Uma alternativa para suprir a lacuna de funcionários seria a contratação sem concurso por meio da Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar). Mas essa prática está proibida desde 1996 por recomendação do Tribunal de Contas da União.

Como o Conselho Universitário rejeitou a implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) no HC em agosto do ano passado, a realização de um concurso público é uma incógnita. O MEC só deve realizar novas seleções para hospitais universitários via Ebserh. “Não entendemos dessa maneira e estamos conversando com o ministério para encontrarmos uma solução”, salienta Akel.

## Secretaria fará auditoria para dimensionar impacto dos cortes no atendimento

A Secretaria de Saúde de Curitiba informou que fará uma auditoria no Hospital de Clínicas (HC) hoje. O objetivo, segundo o secretário Adriano Massuda, é dimensionar o impacto no atendimento à população com o fechamento de 94 leitos no maior hospital público do Paraná, que atende pacientes de diversas regiões do estado.

Ele afirma que irá lutar para que essas vagas sejam reativadas. "É lamentável o fechamento desses leitos. Vamos tentar de todas as formas, via Ministério da Saúde e Ministério da Educação, encontrar formas para reabrir esses leitos", ressalta.

Massuda adianta que o fechamento das vagas trará impactos no atendimento médico. Muitas cirurgias eletivas – ou seja, que não caracterizam urgência – ficam sem prazo para serem realizadas no HC, por exemplo. "Nós vamos ter que buscar alternativas para reprogramar esses atendimentos em outras instituições, como os que existem na região metropolitana."

Essa reprogramação deve acontecer em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). O diretor de Políticas de Urgência e Emergência da Sesa, Vinícius Filipak, também lamentou o fechamento dos leitos. "Isso complica o sistema de saúde todo. Teremos que reprogramar o fluxo dos pacientes para outros locais", afirma.

### Pronto socorro

Uma alternativa apontada pela UFPR para compensar a falta de pessoal será transformar o setor de urgência e emergência do HC em uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

24 horas, que será gerenciado pela Secretaria Municipal de Saúde. O secretário Massuda afirma que essa medida deve entrar em prática em 2014.

"Uma média de 200 profissionais da secretaria deve trabalhar no local", revela. Segundo ele, os novos servidores deverão ser contratados via teste seletivo. Com isso, os servidores do HC que atualmente trabalham no setor de urgência poderão ser recolocados em outras áreas. (DA)

## Situação do HC é "desesperadora", afirma médico

O diretor-geral do Sindicato dos Médicos do Paraná (Simepar) e presidente da Regional Sul da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), Darley Wollmann, relata que a situação do Hospital de Clínicas (HC) é "desesperadora". "Não tem recursos financeiros e nem funcionários. Falta até medicação", revela o médico, que trabalha na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Cardíaca do HC.

Ele diz que das 12 vagas existentes no setor, apenas quatro estão ativas. "É um absurdo o que está acontecendo. Todas as cirurgias eletivas [agendadas] vão atrasar. Tem gente com problema crônico que está há um ano esperando cirurgia e que terá que esperar ainda mais com o fechamento dos leitos", ressalta.

Ele afirma que a crise é de longa data e que o hospital passa por um sucateamento.

"Não existe concurso público. Precisamos de funcionários. É um crime deixar o HC nessa situação", esbraveja Wollmann.

A necessidade de realização de concurso público é ressaltada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba (Sinditest). A presidente do sindicato, Carla Cobalchini, afirma que o fato de o HC rejeitar a adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) não pode servir de argumento para a falta de contratação de servidores. "É necessário ter medidas para evitar impactos diretos na sociedade. A necessidade de concurso público é uma questão de urgência", salienta. (DA)

---

# 550 VAGAS

de internação é a capacidade total de atendimento do Hospital de Clínicas de Curitiba, mas a falta de funcionários impede o pleno funcionamento.

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

## **Aceita denúncia contra policiais indiciados na Operação Vortex**

*Thomas Rieger, especial para a  
Gazeta do Povo*

**I**A 6.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba aceitou a denúncia do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) contra quatro delegados da Polícia Civil, 16 investigadores e agentes de apoio e três empresários. O Gaeco chegou a eles por meio da Operação Vortex, que identificou uma série de fatos criminosos que teriam sido cometidos pelos 23 acusados. Entre eles, estão: lavagem de dinheiro, abuso de autoridade, formação de quadrilha corrupção ativa e passiva e concussão.

Além de aceitar a denúncia, a Justiça determinou que nenhum dos policiais pode manter contato com as testemunhas envolvidas no caso. Dos 20, quatro delegados e oito investigadores e agentes de apoio foram obrigados a entregar suas armas e carteiras funcionais.

A Operação Vortex foi deflagrada no dia 3 de abril para dismantlar um esquema de corrupção. Segundo o MP, por meio de falsas fiscalizações em lojas de autopeças e ferros-velhos, a Divisão de Crimes Contra o Patrimônio praticaria um esquema de extorsão.

# GAZETA DO POVO

## BIOGRAFIAS

### **STF convoca audiência pública para debater assunto**

A polêmica sobre a publicação de biografias não autorizadas fez com que a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia convocasse para os dias 21 e 22 de novembro uma audiência pública para debater o assunto. A questão é discutida na ação direta de inconstitucionalidade impetrada em 2012 pela Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel). Nos últimos dias, o assunto divide a classe artística, após declaração, há pouco mais de uma semana, do grupo Procure Saber, formado por Caetano Veloso, Chico Buarque, Roberto Carlos, Gilberto Gil, Djavan, Milton Nascimento e Erasmo Carlos. Eles são a favor da exigência de autorização prévia para a publicação de biografias, e defendem pagamento a biografados ou seus herdeiros. A Anel, por sua vez, questiona a constitucionalidade dos artigos 20 e 21 do Código Civil (que estabelecem a necessidade de permissão dos biografados ou herdeiros), com o argumento de que a norma contraria a liberdade de expressão e de informação. A associação pede que o Supremo declare que não é preciso consentimento. Segundo a ministra, relatora do processo, a audiência é necessária para subsidiar a decisão da Corte, pois o tema ultrapassou interesses específicos da Anel, e repercutiu em "valores fundamentais da sociedade brasileira." Na última segunda-feira, o presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, afirmou que é contra a retirada de circulação de biografias não autorizadas, mas afirmou que autores que provocarem danos ao biografado devem ser condenados com pagamento de "indenizações pesadas."

# 16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## Juiz, também um réu

Luciano Augusto de Toledo Coelho

O julgamento do mensalão, na sua fase de embargos declaratórios, expôs, como nunca, as nuances do ato de julgar, trazendo à tona a angústia inerente à atividade do magistrado. Julgar é um ato humano, permanente e inerente às capacidades cognitivas. O animal age baseado em instintos ou aprendizado comportamental por observação de situação anterior, como nos experimentos dos ratos de Skinner, o criador da psicologia comportamental. Já o ser humano julga baseado na consciência e em padrões e valores formados desde a infância, os quais evidentemente variam muito em cada indivíduo ou grupo.

Um grupo de animais age exatamente igual em qualquer parte do planeta. Os seres humanos julgam. Dois irmãos, criados da mesma forma, podem ter valores e comportamentos absolutamente diversos. A resposta, por exemplo, para a questão de se determinada pessoa é simpática ou não, se um lugar é ou não agradável, pode ser diferente para dois seres humanos criados em circunstâncias idênticas.

Julgamos nosso comportamento, o que origina ansiedade e culpa em muitas situações. Julgamos o tempo todo o comportamento alheio, a menos que nos policiemos em um grau quase neurótico. Extremamente difícil não estabelecer juízo pessoal de valor acerca de determinada pessoa e determinada situação — fosse assim, aliás, não nos interessaríamos tanto por notícias de celebridades ou acontecimentos pitorescos, o que é utilizado fartamente pela mídia.

O juiz é o profissional que, por ofício, realiza obrigatoriamente esse ato natural e inerente, devendo fundamentar os motivos pelos quais o faz e sem a possibilidade de uma esquivia de consciência para o ato.

Dizem que o juiz, por ter assessores (nem todos têm), delega o julgamento. Não é verdade. O trabalho de redação ou pesquisa é delegável, o julgamento é indelegável. O

ato de julgar não enseja em si possibilidade de delegação, simplesmente porque inerente à consciência do magistrado, e, salvo um transtorno mental que bloqueie qualquer sentimento de culpa, remorso ou moral, nenhum magistrado escapa do julgamento de consciência ou da carga emocional.

O magistrado que condena um criminoso, mesmo com todas as provas e garantias, dentro da mais estrita legalidade, não escapa da enorme carga emocional da condenação de outro ser humano, por mais terrível e demonstrado que tenha sido o crime por ele cometido. Um magistrado do Trabalho que analisa um caso de acidente de trabalho, por exemplo, com morte do empregado — fazendo audiência na qual, em regra, está presente a família e, do outro lado, um representante ou, não raramente, um sócio da empresa —, recebe carga emocional indelegável.

Nessa esteira, é bastante delicado a um juiz socorrer-se, para decidir, da opinião, seja de colegas mais experientes, seja de outros profissionais, mesmo diante de um laudo pericial, um parecer do Ministério Público, ou uma orientação de ótima assessoria. O ato de julgar é solitário. Da mesma forma, fundamentar-se na opinião da mídia ou mesmo no clamor social não afasta o fato de que o julgamento ocorre de dentro para fora, jamais ao contrário.

Da mesma forma que é impensável um médico não ser afetado pela perda de um paciente, por mais que as condições de saúde e de sobrevivência fossem difíceis, impossível ao juiz não ser afetado pela decisão.

Julgar é, portanto, o ofício do juiz, que dele não escapa — não existe fuga dentro da consciência. Fora dela, entretanto, o juiz, que deve fundamentar toda e qualquer decisão, também é, de certa forma, réu na sociedade midiática. Não há saída. Seja qual for a decisão e a fundamentação, o juiz será sempre julgado, seja pela sociedade ou pela juíza mais rigorosa e verdadeira que existe: sua consciência.

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## MARINGÁ

### Assessor de deputado fica preso por 3 horas

Um assessor do deputado federal Luiz Nishimori (PSDB) ficou preso na 9ª Subdivisão Policial, em Maringá, por cerca de três horas, na última segunda-feira. Acusado de peculato (apropriação de bens públicos), Luiz Fernando da Silva acionou o advogado, que conseguiu um habeas corpus com a juíza Kelly Sponholz, da comarca de Astorga, no Noroeste do Paraná.

A prisão aconteceu depois que ele foi à delegacia para registrar um Boletim de Ocorrência de extravio de documentos. Quando verificou a situação criminal de Silva, um procedimento de praxe, a polícia constatou que havia um mandado de prisão contra ele, expedido em 2012 pela mesma juíza que concedeu o habeas corpus. Em entrevista por telefone, o assessor disse que tudo não passou de um mal entendido. Segundo Silva, em 2004, ele desligou-se do cargo comissionado que tinha na prefeitura de Astorga e viajou à Inglaterra. Sete meses depois, quando retornou ao Brasil, recebeu uma intimação da delegacia porque era acusado de peculato. De acordo com o assessor, um cheque no valor de R\$ 4.518 foi depositado em sua conta sem ele ter conhecimento. "Procurei a delegacia e lá fui orientado a apresentar todas as minhas contas num período de 12 meses. Foi o que fiz e, de acordo com delegado [da época], isso bastava."

Em 2008, o Ministério Público (MP) abriu um processo contra Silva e, em 2012, foi expedido mandado de prisão. "Para mim isso foi uma surpresa." Ele vai responder em liberdade pelo crime de peculato.

## NOTAS POLÍTICAS

### Voto impresso

O fato de o Brasil ser o único país sem a confirmação impressa individual do voto foi criticado ontem em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado. Segundo a Agência Brasil, especialistas convidados disseram que o programa usado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não é seguro e defenderam que o processo eleitoral tenha um mecanismo que também confirme em papel a escolha do eleitor no momento da votação.

### O número

## 6 MILHÕES

é o total de eleitores de 24 estados e do Distrito Federal que haviam passado pelo recadastramento biométrico até o dia 10 deste mês. Segundo o TSE, o total corresponde a cerca de 45% dos 13,3 milhões de eleitores convocados para o recadastramento. No Paraná, mais de 81% dos eleitores da meta passaram pela biometria da Justiça Eleitoral.

16 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## 5 réus do mensalão deixam recurso para a última hora

BRASÍLIA

Das agências

¶ No último dia de prazo para os condenados no processo do mensalão entrarem com embargos de declaração, 7 dos 13 condenados que tinham direito a esse tipo de recurso haviam ajuizado o embar-

go até as 20 horas de ontem. Como um já havia apresentado o recurso na segunda-feira, cinco réus deixaram para a última hora — ou nem mesmo recorreram.

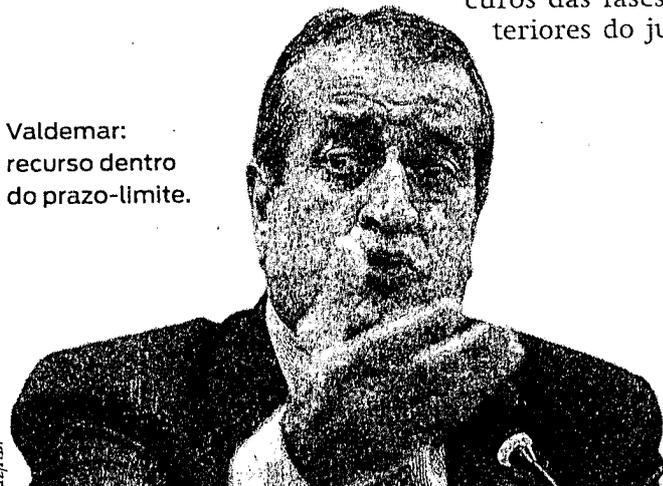
O embargo de declaração não tem poder para reverter a condenação; serve apenas para esclarecer pontos obscuros das fases anteriores do julga-

mento. Ao fim da análise desse recurso, que pode ocorrer ainda neste mês, o Supremo pode decretar o fim do processo para os réus que não têm direito aos embargos infringentes, recurso que na prática garante um novo julgamento. Com isso, os condenados podem começar a ter de cumprir as penas.

O primeiro a entrar com o recurso foi o ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), na segunda. Ontem, foi a vez dos deputados Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP), dos ex-deputados Bispo Rodrigues, Pedro Corrêa e José Borba, e do ex-tesoureiro do PL (atual PR) Jacinto Lamas.

Também ontem, o ex-dirigente do Banco Rural Vinícius Samarane ajuizou no STF seus embargos infringentes. O prazo para apresentar os infringentes vence apenas em 11 de novembro, e, pelas regras da Corte, têm direito ao recurso condenados que obtiveram ao menos quatro votos pela absolvição. São 12 os réus nessa condição. Samarane não integra a lista, mas pedirá o direito mesmo assim.

Valdemar:  
recurso dentro  
do prazo-limite.



### ARGUMENTOS

O STF só liberou, até o momento, o conteúdo de alguns dos recursos apresentados. Veja abaixo resumo do que é pedido por alguns réus:

#### **Pedro Henry**

Pede a redução de sua pena por corrupção de 2 anos e 6 meses para uma pena abaixo de 2 anos, o que levaria a pena do crime para a prescrição. Segundo a defesa, a redução deixaria a pena de Henry proporcional a outros réus que também foram condenados por corrupção.

#### **Jacinto Lamas**

Ex-tesoureiro do PL, condenado a 5 anos por lavagem de di-

nheiro, diz que sua situação é idêntica à do ex-assessor do PP João Cláudio Genú, que no julgamento do primeiro lote de recursos conseguiu reduzir sua pena 5 para 4 anos. Por isso, também pede a redução de sua condenação.

#### **Pedro Corrêa**

A defesa volta a pedir a redução de pena de ex-deputado, fixada em 7 anos e 2 meses de prisão, por ele ter confessado seus crimes. Diz ainda a correção de erro na primeira fase de recursos não poderia ter sido feita. Como o erro mostrava uma pena menor ao réu, ela deveria ser mantida. Para a defesa, a correção prejudicou Corrêa, o que não pode acon-

tecer na fase de recursos.

#### **Vinícius Samarane**

Apesar de não ter tido quatro votos por sua absolvição, o ex-více-presidente do Banco Rural ingressou com embargos infringentes pedindo sua absolvição pelo crime de lavagem de dinheiro e gestão fraudulenta de instituição financeira. Para sua defesa, como não havia 11 ministros no plenário na fase final do julgamento devido à aposentadoria de Ayres Britto, o número de votos necessários para a apresentação de embargos infringentes também precisa ser flexibilizado.

Fonte: Folhapress

16 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA JUSTIÇA EM NÚMEROS

### Levantamento mostra baixa produtividade dos tribunais

# De 100 processos judiciais, 30 são concluídos, aponta CNJ

Lilian Venturini  
Agência Estado

São Paulo - Estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revela que, de cada 100 processos, somente 30 foram solucionados em 2012. Os dados fazem parte do relatório Justiça em Números, divulgado ontem.

De acordo com o CNJ, os magistrados julgaram mais processos em 2012, se comparado com os anos anteriores. A cada um, coube sentenciar em média 1.450 processos, resultado 1,4% acima do registrado em 2011. Ainda assim, houve pouco reflexo na chamada "taxa de congestionamento", que mede o percentual de processos em tramitação que não foram solucionados durante o ano.

Em 2012, a taxa ficou em 69,9%, ante 70,9% em 2011. Ao longo dos últimos três anos, o índice oscilou entre 69% e 71%. "A alta taxa de congestionamento é causada pela grande quantidade de processos pendentes na fase de execução da primeira instância", diz o relatório.

O estudo apontou que, no ano passado, 92,2 milhões de processos estavam em tramitação e 31% (28,2 milhões) eram casos novos. No total, o número é 4,3% maior do que o verificado em 2011.

### No Paraná, Índice de Produtividade é de 89%

"A quantidade de processos que ingressam cresce mais significativamente que o quantitativo de sentenças e o de baixas. Tal desempenho ocasionou a queda de 4,3 pontos percentuais no índice de baixados por caso novo no quadriênio, o qual tem registrado, desde 2011, índices abaixo de 100%, o que indica que não se consegue baixar nem mesmo o quantitativo de processos novos que ingressaram", conclui o estudo.

### Produtividade

O relatório atual também elaborou um ranking com o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), que mostra os resultados por Estado. Segundo os dados, entre os tribunais de grande porte, o do Rio de Janeiro foi o melhor avaliado, com 100% de eficiência, junto com o do Rio Grande do Sul. Paraná vem em seguida com 89% e, depois, São Paulo (87%) e Minas Gerais (72%).

O índice leva em consideração o quanto o tribunal conseguiu resolver em um ano, o volume de processos e os recursos financeiros e humanos disponíveis.

Já entre os tribunais de médio porte, nenhum atingiu 100% de eficiência. Os melhores colocados foram os tribunais do Distrito Federal (79%), Santa Catarina (77%) e Pará (76%). O pior desse grupo é o Mato Grosso, com índice de 44%. Entre os de pequeno porte, Amapá, Mato Grosso do Sul e Acre alcançaram 100%. Os piores avaliados foram o do Piauí e Roraima, com 37% e 35%, respectivamente.

"Os Tribunais de Justiça dos Estados de Goiás, Bahia, Paraíba, Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso e Roraima precisariam empreender esforços para melhorar suas marcas de produtividade, em especial os três últimos, que possuem taxas de congestionamento superiores a 80%", complementa o estudo.

16 OUT 2013

# FOLHA DE LONDRINA

## LUIZ GERALDO MAZZA

### **Resistência servil**

Há a resistência civil, arma extrema da democracia, como a preconizava Thoreau, mas no outro extremo temos a resistência servil, aquela que atua dentro das instituições contra qualquer sinal de mudança. É o que ocorre nessa tensão entre o Ministério Público e a área de segurança com as restrições apontadas contra o Gaeco por Cid Vasquez e o governador, coincidentemente depois do flagrante contra a gangue da polícia civil, vários delegados, que achacava donos de lojas de autopeças. Ao pedido de moderação nas ações seguiu-se o da imposição de um sistema de rodízio entre policiais que servem naquela dependência do MP e a gota transbordou o cálice.

Como no caso da escolha do Fábio Camargo, precedida daqueles arranjos que visavam baixar a asfixia do caixa estadual (acesso a depósitos judiciais), essa é a normalidade por aqui, sob análise externa do CNJ, que tem seus juízos apropriados para avaliar se houve ou não o tráfico de influência. Age bem o governador em tomar posição: defender o seu secretário, a limpidez da eleição de Fábio Camargo e também a da licitação dos ônibus. São realidades assumidas e ora ratificadas. Só que montam um painel nada favorável ao governo na visão dos não amparados por essas decisões.

É o império da resistência servil buscando evitar que o Gaeco e outras forças sociais façam por aqui o que se fez em Londrina ao cassar e prender três prefeitos, afastar vereadores e seguir na punição aos que lesaram o erário. Aqui ao contrário Derosso mandou 15 anos, ao lado do prefeito (Taniguchi, Beto, Ducci) sem que nada fosse apurado, o que só se deu quando o escândalo na comunicação, o vaso sanitário transbordado, ficou visível e cheiroso demais.

### **Melhorou**

A nomeação de 87 defensores públicos indica que a situação financeira melhorou pelo fato de a questão dos gastos com pessoal estar equilibrada. É pelo menos a aparência como se sugere que neste ano não há aumento do pedágio e que no que vem teremos a redução. Diz Pirandelo: assim é se vos parece.

# 16 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA INFORME

### Rede de controle

Com o objetivo de discutir os desafios no controle social e no combate à corrupção no Paraná, acontece amanhã, em Curitiba, o I Encontro Estadual de Rede de Controle da Gestão Pública (RCGP). A RCGP foi formada em 2012 para atuar de forma integrada no controle da gestão pública a partir da união de órgãos visando o intercâmbio de experiências e a troca de informações. Integram a RCGP: Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Paraná, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Geral do Estado, Advocacia Geral da União, Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná, Controladoria Geral da União, Departamento de Polícia Federal, Receita Federal, Tribunal de Contas do Paraná, Tribunal de Contas da União, Tribunal Regional Eleitoral, secretarias de Estado da Fazenda, Segurança Pública, Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

■ O encontro acontecerá das 9 às 11h40, na sede da Procuradoria Geral do Estado, na Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 600, em Curitiba. Mais informações e inscrições pela internet, no endereço [www.redecontrole.pr.gov.br](http://www.redecontrole.pr.gov.br).

### OPINIÃO DO LEITOR

#### Adoção, um verdadeiro crime!

Aos irresponsáveis que contribuem para que os processos de adoção sejam bem lentos, que em casos de risco à criança colocam os direitos da mãe sobrepondo-se ao dos filhos e ainda não têm vergonha na cara em dizer que em um país com mais de 5,5 mil municípios só existem 5,4 mil crianças para adotar: a infância passa e criança não dá para congelar; vínculos biológicos não são maiores que a dignidade de uma criança e seu direito de ter uma família; uma mulher e um homem que colocam em risco as crianças que geraram não merecem ser chamados por nomes tão nobres como pai e mãe; nascer debaixo de pé de café, ser jogado por janela de banheiro de hospital ou aos dois anos ficar trancado sozinho em casa recebendo comida do vizinho por debaixo da porta não é atitude de mãe; vínculos biológicos ou origens não são maiores que amor, carinho, segurança; a recuperação de progenitores deve sempre ser pretendida, mas nunca ser paga com a alegria, com os sonhos e com a alma de uma criança.

PAULO DE TARSO CARVALHO (professor) – Londrina

16 OUT 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

# PROTESTO

# NO FÓRUM

Moradores em loteamentos de São José buscam renegociação da dívida

Eduardo Santana  
esantana@tribunadoparana.com.br

**R**epresentantes de 10 mil famílias ameaçadas de despejo em São José dos Pinhais protestaram na manhã de ontem, em frente ao fórum da cidade, para tentar sensibilizar as autoridades sobre ações que sofrem na Justiça. Os moradores, que ocupam mais de 24 loteamentos, exigem negociação justa de seus contratos de compra de terrenos, envolvendo imobiliárias em vários bairros da região. Segundo os mutuários, muitos deles sofrem pressões diárias de processos de reintegração de posse.

Uma das moradoras que vive diariamente essa pressão é a dona de casa Claudete Menezes, uma das líderes do movimento. Moradora do Jardim Fátima, também briga na Justiça pela renegociação da dívida. "O que acontece aqui é um absurdo, pois estão cobrando à vista preços de casas de luxo por moradias populares. O que a gente quer não é dar o calote, mas sim

regularizar essa situação. O que não pode é continuar desse jeito. Quanto mais se paga, mais se deve", afirma.

Claudete ainda conta que os loteamentos do município são irregulares. "Há uma série de terrenos que estão em áreas de mananciais. E agora, além de não conseguirmos pagar as prestações, não conseguimos fazer outro financiamento, pois as áreas são irregulares", explica. Cícero Alves dos Santos, morador do Jardim Eldorado, diz que a pressão por parte das imobiliárias envolvidas no caso é frequente. "Quase todo o dia vai alguém se passando por oficial de Justiça para nos ameaçar e pressionar. Até gente armada dizendo que ia passar o trator em cima da minha casa já apareceu. É horrível viver dessa maneira", comenta.

## REANÁLISE

Em reunião na tarde de ontem com representantes das imobiliárias, juízes que analisam o caso e líderes das comunidades envolvidas, os moradores pediram revisão dos valores das prestações de imóveis adquiridos e reanálise dos contratos para pagamento de preço real, além de propor levantamento de proprietários em situação de risco ou irregular. Hoje está programada nova reunião.

## Solução está na Justiça

Para a Associação Nacional dos Mutuários do Paraná (ANM-PR), a única saída para os moradores é buscar seus direitos na Justiça. Segundo o presidente da entidade, Luiz Alberto Copetti, há uma série de irregularidades no processo de venda dos lotes. "Houve erro no cálculos no IGPM e na correção dos valores e os preços cobrados estão superfa-

turados. A gente sempre indica a busca do acordo, mas como sabemos que as imobiliárias nesses casos são intransigentes, nos casos mais extremos é preciso ir à Justiça para obter seus direitos. E é preciso ir rápido, pois há uma série de casos, em toda a região de Curitiba inclusive, nos quais os mutuários são obrigados a deixar suas casas". (ES)

16 OUT 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Justiça aceita denúncia contra policiais civis

A Justiça recebeu a denúncia do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) contra 20 policiais civis e três empresários, investigados na Operação Vortex. Entre os policiais, estão quatro delegados e 16 investigadores e agentes de apoio.

Além do recebimento da denúncia, o juiz da 6.ª Vara Criminal também determinou que os quatro delegados e oito investigadores sejam afastados das funções. Além de entregar suas armas e carteiras funcionais, eles estão proibidos de manter contato com as testemunhas arroladas pelo Ministério Público.

### VORTEX

A Justiça determinou ainda que todas as peças de investigação sejam remetidas à Corregedoria-Geral da Polícia Civil, para apuração administrativa dos desvios, assim como à Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, para exame quanto às ações por improbidade.

Depois de oito meses de investigações, a operação foi deflagrada em abril, para apurar suposta corrupção, onde policiais da Delegacia de Furtos e Roubo de Veículos (DFRV) e 6.º Distrito Policial estariam extorquindo donos de ferros-velhos e autopeças, para fazer vistas grossa às irregularidades relacionadas a desmanches de veículos.

Entre os policiais envolvidos, estão os delegados Luiz Carlos de Oliveira, na época titular da Delegacia de Crimes contra o Patrimônio, Marcos de Góes, Gerson Machado e Anderson Ormeni Franco.

16 OUT 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça  
manda  
HC fechar  
94 leitos

# ATENDIMENTO REDUZIDO

HC techa leitos.  
Pra capacidade  
plena são  
necessárias 600  
contratações

Cahuê Miranda  
cmiranda@tribunadoparana.com.br

**F**alta de funcionários e decisão da Justiça do Trabalho obrigaram o Hospital de Clínicas a fechar 94 leitos. A instituição passa a contar com 363 vagas de internação, redução de cerca de 20% em relação aos 457 leitos disponíveis até a semana passada. A medida não deve afetar serviços de urgência e emergência, mas o atendimento à população será prejudicado, aumentando o tempo de espera por atendimentos e cirurgias eletivas.

A Justiça do Trabalho determinou que o HC reorganize as

escalas dos funcionários, impondo limite nas horas extras. Cada trabalhador poderá fazer no máximo duas horas adicionais por dia. Hoje, alguns profissionais chegam a fazer até seis horas extras, dobrando a jornada normal. Essa era a única maneira de manter os leitos abertos encontrada pelo hospital, que há anos tem falta de pessoal.

### EQUIPES

Atualmente, o HC tem 2.900 funcionários. Segundo a direção do hospital, para retomar o funcionamento dos 457 leitos abertos até a semana passada seria necessária a contratação de pelo menos 400 profissionais. Mesmo assim, a instituição continuaria operando abaixo de sua capacidade plena, que é de 550 pacientes internados. Para chegar a esse número, seriam necessárias cerca de 600 contratações.

Administrado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), o HC é o maior hospital

público do Estado. "Issô vai aumentar a fila por atendimento e o tempo de espera. Para algumas especialidades, a espera já é grande e vai aumentar muito", diz o reitor da UFPR, Zaki Akel Sobrinho.

Segundo o diretor geral do HC, Flávio Tomasic, o número de leitos fechados poderia chegar a cerca de 200. "Tivemos que otimizar as escalas, juntando equipes de enfermarias diferentes para cobrir os furos. Nosso objetivo é, a médio prazo, reabrir essas vagas progressivamente até dezembro", afirma.

Para resolver a situação, o HC negocia parceria com a Secretaria da Saúde. A abertura de concurso para contratação direta de servidores pela UFPR está descartada pela União. O Ministério da Saúde recomenda que a gestão seja repassada à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsersh), possibilidade recusada pelo Conselho Universitário da UFPR.

16 OUT 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Acúmulo de processos chega a 70% em 2012

Levantamento do CNJ revela que, de cada 100 ações em tramitação no Judiciário, só 30 foram julgadas; dez Estados têm situação 'preocupante'

**Felipe Recondo** / BRASÍLIA

O Judiciário gasta cada vez mais, contrata cada vez mais servidores e magistrados, mas não consegue julgar o número cada vez maior de processos. Dados de uma pesquisa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que, em 2012, de cada 100 processos que estão em tramitação no Judiciário, apenas 30 foram definitivamente julgados.

Esse percentual é praticamente o mesmo desde o início do levantamento, em 2009. Nos últimos quatro anos, a quantidade de novos processos cresceu 14,8%. Somados aos processos já em tramitação, o Judiciário tem hoje pendentes mais de 92 milhões de ações judiciais.

No ano passado, o número de decisões foi praticamente a metade de casos novos que chegou aos tribunais. Em quatro anos, a quantidade de processos baixados na comparação com novas ações caiu. Nesse quadro, a taxa de congestionamento dos tribunais brasileiros permanece em torno de 70% desde que o CNJ passou a levantar os números.

Presidente do CNJ, o ministro Joaquim Barbosa afirmou não haver respostas definitivas para explicar o progressivo aumento de processos.

“A resolução dos processos judiciais, seu julgamento definitivo e sua baixa, é responsabilidade constitucional do Poder Judiciário e de todo o sistema de Justiça. O aumento da litigância, por outro lado, é fenômeno mais complexo. A quantidade de processos que ingressa cresce mais significativamente que o quantitativo de sentenças e o de baixas”, afirmou.

De acordo com o estudo do CNJ, a produtividade é especialmente “preocupante” em dez tribunais do País – Goiás, Bahia, Paraíba, Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Mato Grosso, Roraima e Ceará. Nesses Estados, conforme o CNJ, a produtividade dos magistrados é baixa e a taxa de congestionamento, elevada.

**Gastos.** Apesar desse quadro de insolvência, os gastos do Poder Judiciário aumentaram no ano passado, passando de R\$ 53,3 bilhões em 2011 para R\$ 57,1 bilhões em 2012. Desse total, 88% são gastos com pagamentos de salários e benefícios a magistrados e servidores.

As despesas com informatização da Justiça representaram apenas 4,5% dos gastos totais dos tribunais em 2012.

Maior tribunal estadual do País, o Tribunal de Justiça de São Paulo teve resultado distinto do quadro geral identificado pelo levantamento do CNJ. A taxa de congestionamento de processos caiu em 2011 e voltou a cair no ano passado. A quantidade de processos baixados aumentou 9,14%, percentual maior do que o crescimento de casos em tramitação.

Apesar disso, a quantidade de processos em tramitação que não foram baixados ainda é alta, em torno de 78%, acima da média de 70% de todo o Judiciário.

**CONTÍNUA**

16 OUT 2013

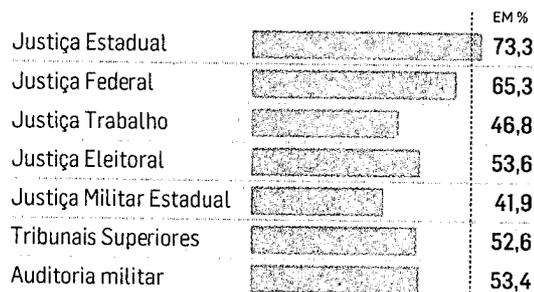
# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### LENTIDÃO DO PODER JUDICIÁRIO

● Em 2012, de cada 100 processos que tramitaram, cerca de 30 foram baixados

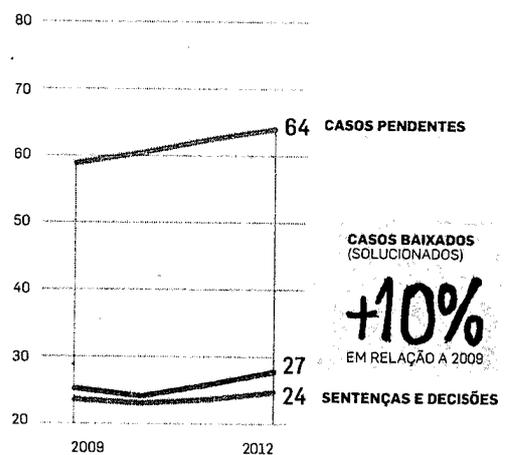
#### Taxa de congestionamento do Poder Judiciário em 2012



**69,9%** Total de congestionamento do Poder Judiciário

#### Movimentação processual

EM MILHÕES



16 OUT 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ministra quer ação da PF em crimes de direitos humanos

Para Maria do Rosário, violência contra jornalistas que cobrem protestos prejudica a liberdade de imprensa

**Luciana Nunes Leal** / RIO

A secretária nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, defendeu ontem a atuação da Polícia Federal na investigação de crimes de violação dos direitos humanos, inclusive assassinatos de jornalistas, como forma de garantir a ação autônoma e o combate à impunidade.

A ministra esteve ontem no último dia do 8.º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e também criticou a violência policial contra jornalistas durante as manifestações iniciadas em junho e propôs uma discussão sobre a desmilitarização da Polícia Militar. Levantamento da Abraji aponta que houve 83 ataques a jornalistas nos protestos – 85% praticados por policiais; 15% por manifestantes e outros grupos.

Para Maria do Rosário, a violência contra profissionais que cobrem protestos representa uma violação à liberdade de expressão e é responsabilidade do Estado garantir mais segurança para o trabalho jornalístico.

**Ativistas.** “Trabalho pela federalização de crimes como o praticado contra o jornalista Rodrigo Neto, em Minas Gerais, e também contra os ativistas de direitos humanos, os que lutam em defesa da terra, da floresta,

pelos direitos dos indígenas, das mulheres”, disse ela em debate sobre violência contra jornalistas promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em atividade paralela ao encontro internacional de jornalismo investigativo, que, em quatro dias, reuniu 1.300 pessoas de 87 países, na PUC do Rio.

O repórter policial e radialista Rodrigo Neto foi morto em Ipatinga (MG) em março passado. É um dos cinco jornalistas assassinados em 2013 no Brasil.

Em dezembro, no Fórum Internacional de Direitos Humanos, em Brasília, o grupo de trabalho formado pela SDH para apurar a violência contra jornalistas apresentará um relatório.

Representante da Unesco no Brasil, o francês Lucien Muñoz informou que mais de 600 jornalistas foram mortos no mundo nos últimos dez anos, a maior parte deles nas localidades onde moram e trabalham.

16 OUT 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## TUTTY HUMOR Data venia, Paulinha...

### SÔNIA RACY

De mal...

Nunca foram tão ruins as relações entre o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça de SP. Depois de indeferir pedido de prisão dos 175 denunciados por envolvimento com o PCC – sob o argumento de que era “genérico” –, a animosidade, já existente, se aprofundou. Principalmente porque o TJ acredita que a publicidade do caso se transformou em pressão.

A assessoria do tribunal nega. E informa que a decisão se baseou em critérios técnicos. À coluna, promotor reagiu com ironia: “O TJ defendeu tanto a PEC 37 que passou a acreditar mesmo que o MP não sabe investigar”.

### ...a pior

Nem precisava do fator PCC para ilustrar o clima pesado. É só lembrar que, há seis meses, o TJ mandou despejar promotores dos fóruns do Estado. A briga está no CNJ.

### Imbróglie

Advogado que frequenta o STF aponta: **Joaquim Barbosa** errou ao defender projeto das biografias não autorizadas. A Lei Orgânica da Magistratura não permite que juízes antecipem seu posicionamento.

Será do tribunal a palavra final sobre a polêmica.

### Casa de ferreiro...

E o Supremo, que derrubou a obrigatoriedade de diploma para jornalista, vai contratar jornalista... com diploma. É o primeiro concurso para profissionais de comunicação após a decisão, em 2009.

**P**ode ser a luta do século! O ministro Joaquim Barbosa e a produtora Paula Lavigne estão em lados opostos no quebra-pau sobre biografias não autorizadas no Brasil! Ao assumir publicamente a defesa da total liberdade de expressão, o presidente do STF mudou inteiramente os rumos do debate: antes dele, com todo respeito ao Ruy Castro, não havia ninguém no corner dos biógrafos em condições de finalizar a ex-patroa do Caetano num confronto de ideias.

O temperamento explosivo de um e de outro será posto à prova nos dias 21 e 22 de novembro em audiências públicas já convocadas pela ministra Cármen Lúcia, relatora da ação que pede ao STF o fim da necessidade de censura prévia dos biografados. O duelo promete fazer a velha contenda Joaquim Barbosa x Ricardo Lewandowski ficar parecendo briga de criança.

A Globo está tentando comprar os direitos de transmissão do evento, prevendo audiência melhor que a registrada ontem durante Brasil 2 x o Zâmbia. O povo prefere uma boa pancadaria!



### Nada é pra Já!

Joaquim Barbosa ainda não definiu se sairá candidato à presidência da República em 2018 ou 2022, mas sua campanha já está nas ruas!

16 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### Condenados do mensalão entram com mais recursos

Advogados de oito condenados por envolvimento no mensalão entraram ontem, no Supremo Tribunal Federal, com novos recursos – embargos de declaração – em que pedem redução das penas, perdão judicial e novo julgamento, mesmo sem os quatro votos divergentes considerados necessários pelo regimento do tribunal.

Ainda que fora da regra, o ex-dirigente do Banco Rural Vinicius Samorano pediu ao Supremo para ter direito a novo julgamento. Condenado por lava-

gem de dinheiro e gestão fraudulenta, ele teve três votos por uma pena menor contra quatro por uma maior.

Além dele, recorreram ontem ao STF os deputados Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar Costa Neto (PR-SP), os ex-deputados Pedro Correa, José Borba, Jacinto Lamas, Bispo Rodrigues e Roberto Jefferson – que pediu novamente perdão judicial por ter contribuído com as investigações. Outros réus com direito a novo julgamento têm até 11 de novembro para protocolar embargos infringentes.

### Bens de acusados de integrar 'máfia' são bloqueados

A Justiça decretou o bloqueio de R\$ 1,82 milhão em bens móveis e imóveis da Máfia do Asfalto – organização acusada de se infiltrar em prefeituras do interior de São Paulo para fraudar licitações. Em decisão de 25 páginas, acolhendo pedido do Ministério Público, o juiz de Votuporanga, Luiz Henrique Lorey, também proibiu empresas do Grupo Demop, apontado como carro-chefe das fraudes, de fecharem contratos com o poder público.

A ordem judicial acolhe ação civil por improbidade movida pelo Ministério Público contra

18 empresários, lobistas e servidores públicos acusados de ligação com licitações marcadas. Também são alvos da ação sete empresas ligadas ao empresário Olívio Scamatti, acusado de chefiar a organização criminosa.

A ação aponta especificamente contratos firmados pelo Grupo Demop com a Prefeitura de Parisi, pequeno município com menos de 3 mil habitantes na região de Votuporanga. O ex-prefeito de Parisi, Ivair Gonçalves dos Santos, é réu na ação.

A Máfia do Asfalto foi desmantelada em abril deste ano pela Operação Fratelli, força tarefa do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal e Polícia Federal. A ação do Ministério Público afirma que o grupo desviava recursos de emendas parlamentares.

16 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ataque ao PCC

**A**gora que a investigação do Ministério Público Estadual (MPE) escancarou o tamanho e o poder verdadeiros do Primeiro Comando da Capital (PCC) – ambos muito maiores do que deixavam entender as avaliações otimistas do governo –, é preciso iniciar o quanto antes um ataque sem trégua a essa organização criminosa, que representa um desafio intolerável à autoridade do Estado. Não se está com essa afirmação exagerando a gravidade da situação.

Prova disso é que, como se não bastasse a enorme lista de crimes cometidos por eles dentro e fora dos presídios, os bandidos ainda tiveram a audácia de planejar a morte do governador Geraldo Alckmin. É o que prova uma conversa telefônica entre líderes do PCC, em 11 de agosto de 2011: “Você sabe de tudo o que aconteceu, cara, na época em que ‘nóis’ decretou ele”. Decretar é a gíria para executar. Quem chega a esse ponto, depois de criar “tribunais” e “leis” próprios, não conhece mais limites.

Depois de se reunir com a cúpula da segurança pública, na segunda-feira, Alckmin anunciou medidas importantes para combater o PCC, como identificação e punição de policiais que se corrompem em sua relação com essa organização e a utilização de equipamentos mais modernos e eficientes para bloquear celulares nos presídios e evitar que

sejam usados pelos bandidos para planejar suas ações, como ocorre hoje. É de esperar que dessa vez o governo coloque todo o seu empenho em tornar realidade essas providências que, como se sabe, há muito tempo são indispensáveis para neutralizar o PCC.

As escutas telefônicas feitas durante a investigação do MPE mostraram que são frequentes os casos de achques de policiais civis e militares contra bandidos bem situados na hierarquia do PCC, presos por qualquer pretexto e mantidos em delegacias até que a “negociação” se conclua. Outro exemplo de crime cometido por maus policiais é o de agentes do Deic flagrados em escuta oferecendo ao PCC arquivos de computador e pen drives apreendidos em operação que terminou com a morte de um bandido.

Como esses, há inúmeros outros casos. Por isso, o secretário de Segurança Pública, Fernando Grella Vieira, disse esperar que o MPE “compartilhe conosco as provas (*de que dispõe*) para que possamos tomar providências”. Independentemente disso, estão em curso várias investigações para apurar denúncias chegadas à Secretaria. Que o crime organizado tenta corromper policiais, aqui e em qualquer parte do mundo, é coisa sabida. Se dessa vez a polícia paulista vai fazer o que fazem as boas polícias dos países desenvolvidos para combater esse mal, só o tempo dirá.

Com relação aos celulares,

Alckmin disse que “já está aberto o pregão para bloqueadores (*a serem instalados*) em 23 presídios. Esperamos concluir o processo licitatório em novembro e em dezembro começar as instalações”. Mesmo que esses equipamentos realmente produzam os resultados que deles são esperados, é preciso que essa medida seja seguida de ações enérgicas para combater a corrupção nos presídios. Agentes penitenciários venais poderão ser utilizados pelo PCC para estabelecer novas formas de comunicação, se os bloqueadores de fato funcionarem.

Uma suspeita nunca inteiramente dissipada é a de que houve tolerância com difusão de celulares nos presídios – em São Paulo e em outros Estados – para, por meio de escuta de suas conversas, saber as intenções e planos dos bandidos. Se a suspeita é procedente, a investigação do MPE leva à conclusão de que, além de ilegal, essa tática não funciona. Se o preço para mapear uma organização criminosa é tolerar que ela use um instrumento que só a fortalece, salta aos olhos que ele não vale a pena ser pago.

Acabar com os celulares nas prisões e isolar a sua cúpula no Regime Disciplinar Diferenciado – o que depende da Justiça – são medidas fundamentais para conter e desarticular o PCC. Por isso mesmo, ele vai reagir, mas o governo do Estado não pode se amedrontar. É o que promete Alckmin e se espera que cumpra.

16 OUT 2013  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Aroldo Murá

— CARTAS

## DENÚNCIA SOBRE CLAYTON COMEÇOU COM 'IMPACTO'

Meu caro Aroldo:

Leitor assíduo de sua coluna, que recebo diariamente por e-mail, gostaria de lhe dar informação a respeito.

Com objetivo, é claro, de puxar a brasa para a minha sardinha, digo, do Impacto Paraná, pelo qual sou responsável.

As informações a respeito do caso Clayton Camargo, contadas por você em recente coluna, tiveram divulgação em primeira mão e exclusivas, no Impacto, quando ainda era presidente do TJ o desembargador Miguel Kfourri que se irritou com a matéria em questão.

Contei em detalhes que o deputado do PT que denunciou o assunto na Comissão de Direitos da Assembleia de Minas Gerais, escrachou em manchete nosso Estado naquele Poder e, numa última edição do meu semanário relembrei o fato que havia divulgado há bem mais de um ano, inclusive com fotos dos envolvidos e da autora da denúncia que foi especialmente ao Impacto contar a respeito.

Para o restabelecimento de uma verdade que na



Luiz Fedeger



Desembargador Miguel Kfourri

época apenas o Impacto contou, coloco a questão para seu reconhecimento já que prezo, e muito, suas corretas informações sobre todos os assuntos.

Coloco-me, inclusive, sempre a sua disposição.

Luiz Fernando Fedeger, diretor do jornal 'Impacto', Curitiba.

## ANTES TARDE DO QUE NUNCA...

Senhor jornalista:

É bom ver que alguns veículos estão sendo capazes de revelar, pelo menos em parte, o que vinha acontecendo no Tribunal de Justiça do Paraná.

Enfim, antes tarde do que nunca. A era Clayton Camargo acabou. Cumpre que todos agora zelemos para que nada igual volte. E que nem mais ocorram suspeitas obras no TJ, como aquelas que ocorreram na presidência do desembargador Sponholz. É verdade que o CNJ, no caso, não viu irregularidades. Mas o processo montado para denunciar superfaturamento, naquela ocasião, é assustador.

Mas é bom que a mídia dita profissional entenda: hoje o poder não consegue mais esconder nada, os novos meios de comunicação destroem barreiras.

Graças.

M.C. RIBEIRO KUSS, Curitiba.

16 OUT 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Richa dá posse à defensora pública e a 87 advogados

O governador Beto Richa deu posse ontem à advogada Josiane Fruet Bettini Lupion no cargo de defensora pública-geral do Estado. No mesmo ato, Richa nomeou mais 87 novos defensores públicos, aprovados em concurso para a carreira. O governador abriu mão do poder de nomeação e Josiane é a primeira do Brasil conduzida ao cargo



Josiane atuou durante 28 anos como advogada de carreira

por meio de eleição direta do Conselho Superior da instituição.

“Este é um momento especial para o Paraná, um ato importante pa-

ra garantir cidadania aos paranaenses mais humildes”, afirmou Richa. A Defensoria Pública oferta orientação e assistência jurídica gratuitas aos cidadãos carentes e aos encarcerados que não podem pagar advogado. Com a nomeação de 87 profissionais, o Estado passa a contar com 97 defensores públicos.

16 OUT 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça acata denúncia contra policiais suspeitos

A 6ª Vara Criminal de Curitiba recebeu ontem a denúncia do Ministério Público contra 23 pessoas, entre elas quatro delegados da Polícia Civil do Paraná, de envolvimento com um esquema de corrupção, envolvendo a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos de Curitiba.

O caso veio a público após uma operação do MP, intitulada Vortex. Em abril, três policiais civis foram presos por porte ilegal de armas. Os promotores buscavam identificar atos de corrupção envolvendo policiais e desmanches de veículos na

região de Curitiba. Além dos delegados, outros 16 investigadores e mais três empresários foram denunciados. As investigações duraram oito meses e resultaram no cumprimento de 18 mandados de busca e apreensão.

A decisão da Justiça de acatar a denúncia do MP contra os envolvidos também determina a suspensão imediata de todos os delegados indiciados e de oito dos investigadores que aparecem na investigação da promotoria. O juiz que analisou o caso também obriga os policiais a entregarem as armas e as carteiras funcionais.



O delegado Luís Carlos de Oliveira é um dos acusados

## Site indeniza cliente que comprou, mas não recebeu

O juiz Saulo Gonçalves Santos, titular da Vara Única da Comarca de Bela Cruz, condenou a Shoptime/B2W Companhia Global do Varejo a pagar indenização de R\$ 2.597,96 para uma consumidora. Ela fez compras no site da loja, mas não recebeu os produtos.

Segundo Átila Alexandre Nunes, coordenador do serviço Em defesa do consumidor.com.br, em agosto de 2009, a cliente comprou, em doze parcelas, duas ferramentas elétricas no site. A mercadoria, no entanto, não foi entregue. Sentindo-se prejudicada, em março de 2010, ajuizou uma ação requerendo o pagamento de indenização por danos morais e materiais. Alegou que já havia pago até a sétima parcela da compra, mesmo sem ter o produto.

Na contestação, a empresa explicou que as ferramentas foram retidas pela Secretaria da Fazenda do Ceará (Sefaz-CE) e não foi informada sobre o prazo de liberação. Argumentou, ainda, que a própria consumidora poderia retirá-las ou requerer a restituição dos valores pagos.

Para Átila Alexandre Nunes houve omissão da empresa na entrega dos produtos vendidos a consumidora, sendo assim nasce a obrigação de indenizar moral e materialmente.

## BEMPARANÁ

### Defensoria

O governador Beto Richa deu posse ontem à advogada Josiane Fruet Bettini Lupion no cargo de defensora pública-geral do Estado. No mesmo ato, Richa nomeou mais 87 novos defensores públicos, aprovados em concurso para a carreira. O governador abriu mão do poder de nomeação e Josiane é a primeira do Brasil conduzida ao cargo por meio de eleição direta do Conselho Superior da instituição. A Defensoria Pública oferta orientação e assistência jurídica gratuitas aos cidadãos carentes e aos encarcerados que não podem pagar advogado. Com a nomeação de 87 profissionais, o Estado passa a contar com 97 defensores públicos.

### São José dos Pinhais

#### Embargadas

A Justiça determinou o embargo destes três loteamentos irregulares localizados no Curralinho, Cachoeira e Santa Tereza, na Borda do Campo, em São José dos Pinhais. Com a medida proprietários estão proibidos de realizar qualquer tipo de comercialização, intervenção ou obra sob pena de multa de R\$ 10 mil ao dia. A denúncia foi feita pela Prefeitura de São José dos Pinhais, que neste ano intensificou a fiscalização no município.